



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 89 - 2ª QUINZENA DE JUNHO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

**Em defesa dos petroleiros
contra a repressão do governo**



**Organizar o movimento
contra a reforma constitucional**

**Que o Congresso da UNE se coloque
por um programa revolucionário**

**Fora o imperialismo da Bósnia!
Bolívia: lições da luta revolucionária**

Plano Real atrofia economia e arrocha salários

A queda do presidente do Banco Central Persio Arida e do Secretário da Fazenda expôs de vez as divergências no interior do governo FHC sobre os rumos do Plano Real. A divisão entre as frações da burguesia ao redor do ritmo e alcance das reformas pró-imperialistas refletiu-se na luta intestina entre os ministros, especialmente entre os do Planejamento, José Serra, e da Fazenda, Pedro Malan. Expressam a divergência entre os setores que desejam uma aplicação ortodoxa da linha entreguista (Arida e Malan) e outra que procura preservar setores da economia nacional, em especial a burguesia industrial paulista (Serra).

A crise em torno da política cambial prosseguiu com a proposta de Serra de estabelecer cotas de importação para os automóveis. A idéia é limitar a compra de veículos estrangeiros ao mesmo volume de carros exportados pelo Brasil. Na prática, é cortar fundo as importações de veículos, que representaram 30% de tudo o que foi importado no último ano. Serra pretende reduzir o déficit comercial e preservar a indústria automobilística multinacional dominante.

A crise está em como sustentar o Plano. A atual situação de altíssima importação gera saldos negativos na balança comercial que ameaçam a política cambial. Passados seis meses em 1995, os déficits vão se acumulando e implicarão na inviabilização de pagamentos dos compromissos financeiros externos em curto prazo. Isso gera uma tendência de fuga de dólares e desvalorização da moeda nacional, que se traduzirá em inflação. Por isso a crise intestina do governo se concentra, no momento, na forma de evitar o colapso da política cambial. Pêrsio Arida

pretendia manter a valorização artificial do Real através da desindexação total e alta ainda maior dos juros. Ou seja, de um aprofundamento brutal da recessão e do arrocho salarial. Sua derrota foi a vitória de Serra, que conseguiu impor a linha de contenção das importações, apesar do governo ter de negociar com a Argentina em função dos acordos do Mercosul.

Arrocho salarial se agrava com inflação e desemprego com desativação

O governo e a burguesia mantiveram uma firme unidade contra a greve dos petroleiros. Todos sabiam que qualquer concessão aos petroleiros detonaria uma onda grevista que colocaria abaixo o congelamento salarial, uma das bases do plano econômico. Setores da burguesia, que têm perdido com a baixa nas exportações, deixariam de contar com a bonificação da compressão sobre os salários e ganhariam força para materializar reajustes de preços no mercado interno.

A proposta derrotada de Arida, de desindexação total da economia, estava voltada para os salários. O fim do IPC seria a forma de eliminar qualquer reajuste salarial e, com isso, favorecer a burguesia com o aumento da exploração do trabalho. Os capitalistas ligados à produção e aos serviços querem uma compensação para a alta dos juros. Os preços começam a subir.

O governo tem conseguido manter as taxas de inflação baixas através de uma série de manobras: medidas de contenção do consumo, arrocho salarial, queima de reservas no mercado cambial, empréstimos externos para saciar momentaneamente o parasitismo financeiro. Mas quando os preços públicos começam a subir, a inflação se reforça. Agora virão reajustes de tarifas de ônibus. Se nas principais capitais do país os ônibus subirem 30%, isso contará 4 pontos na inflação. É certo que se procurará dividir os aumentos entre junho e julho, mas também é certo que os reajustes não se limitarão a 30%, como será em São Paulo.

A inflação crescendo significa mais arrocho salarial. A tendência grevista que vem se manifestando tende a se reforçar, apesar das demissões que voltam a ocorrer. Isto porque as empresas já haviam demitido bastante antes do Plano Real e o período de crescimento produtivo não significou uma ampliação do parque industrial, muito menos aumentou significativamente o número de empregos. A chamada "produtividade" ou "qualidade total" significou um enxugamento das empresas e aumento da exploração do trabalho a seu limite.

Os cortes que começam a acontecer acompanham o ritmo de queda da produção causado pela política recessiva do governo. O importante é reagir imediatamente à onda de desemprego, defendendo a unidade de empregados e desempregados e um plano de luta.

A reforma constitucional entreguista custa caro ao governo

O Plano Real pretendia dar condições políticas e de relativa estabilização econômica para a burguesia negociar as reformas constitucionais ditadas pelo imperialismo. A experiência fracassada de 1993 expôs a fragmentação burguesa. Em 1995, o governo foi obrigado a se apoiar ainda mais no imperialismo e a negociar com as frações oligárquicas a aprovação das principais emendas da ordem econômica. A bancada ruralista ameaçou o governo, chantageando em busca de subsídio para o financiamento agrícola. Conseguiu que limitou os juros em no máximo 16% ao ano, e um subsídio governamental de cerca de 1 bilhão de reais. Quando foi ao Nordeste, FHC prestigiou a Sudene e acertou liberação de quase 3 bilhões de reais para a região. A nomeação de cargos de segundo e terceiro escalões completou a negociação para a obtenção da maioria necessária para aprovar a quebra dos monopólios das telecomunicações e do petróleo na Câmara dos Deputados.

O custo da compra de votos aumentará o déficit estatal. Somado às altas taxas de juros, levará o governo à rolagem de dívidas através da emissão de títulos a juros ainda mais altos. A emissão de moeda completará o ciclo que leva à alta inflacionária.

A Greve Geral se recoloca

Mantida a tendência grevista, coloca-se cada vez mais a necessidade de um enfrentamento de conjunto à reforma antinacional e antipopular. A greve dos petroleiros mostrou a força da mobilização operária e a limitação da direção reformista, que a isolou ao se negar a colocar a luta contra o Plano Real no seu conjunto. Trata-se de convocar a greve geral contra a reforma de fome de FHC. A mobilização operária de apoio aos petroleiros no ABCD mostrou que há condições para isso. O entrave é a direção.

A defesa da Frente Revolucionária Antiimperialista é a resposta ao aumento da opressão nacional operada na reforma neoliberal. A construção do Partido Operário Revolucionário é condição para erguer essa bandeira e derrotar a linha de conciliação de classe imposta pelo reformismo nas organizações de massa.

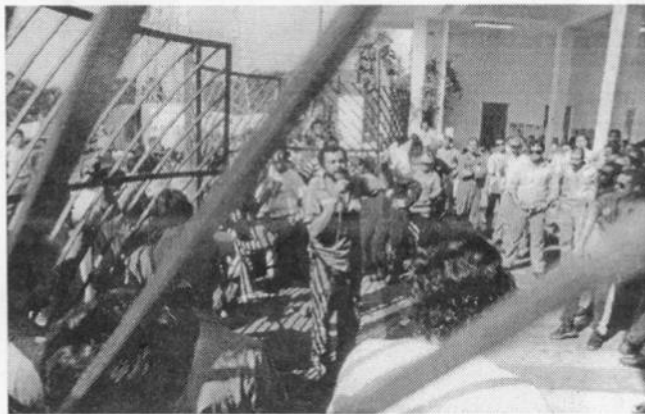
A heróica greve dos Petroleiros

A greve dos petroleiros ressaltou a força social da classe operária. Dizemos da classe operária, porque mostrou que esta é a verdadeira responsável pela produção de riquezas. Tal conclusão parece óbvia, porém não é bem assim para os próprios trabalhadores, que individualmente não vêem a força coletiva, principalmente em situação de passividade. Na luta grevista de trinta e um dias, os petroleiros revelaram a si próprios e a toda sociedade que têm a produção em suas mãos, podendo tanto movimentá-la quanto paralisá-la. O mesmo ocorre com o conjunto do proletariado, responsável direto pelo funcionamento da economia.

O coração e artérias do sistema capitalista de produção são as fábricas, que interligadas formam um complexo. A classe operária se distingue das demais (burguesia e pequeno-burguesia) pelo lugar estratégico que ocupa nesse complexo de relações de produção. Ela processa toda a produção com sua energia físico-mental e serve de força de trabalho para a exploração capitalista.

Enquanto é responsável pela geração de todos os bens fundamentais, a propriedade das fábricas e os bens produzidos não lhes pertencem. São dos proprietários capitalistas ou de seu Estado, como no caso da Petrobrás enquanto não for privatizada. A greve tem o poder de revelar tal contradição, anomalia.

Os petroleiros mostraram que podem parar a economia porque são parte fundamental de seu funcionamento. A classe operária de conjunto, portanto, é a potência que pode transformar as relações capitalistas de produção, pondo fim à contradição que está na base do sistema burguês de exploração do trabalho. Ou seja, a contradição entre a produção social (esforço coletivo), a propriedade capitalista dos meios de produção (fábricas etc) e a apropriação privada de tudo que é produzido pela parasitária



classe burguesa.

É verdade que imediatamente o governo combateu com mãos de ferro a greve petroleira devido a que acelerava a falência do Plano Real e se chocava com o Plano pró-imperialista de privatização. Nas condições desta greve, não estava colocado imediatamente o fim do sistema de exploração. Entretanto, a magnitude da greve expôs o confronto com o Estado patronal. Em última instância, a burguesia derrota uma greve ou a desfaz atendendo alguma reivindicação para proteger sua propriedade dos meios de produção e seus privilégios de classe parasitária, que vive do trabalho alheio.

Não podemos desconhecer que nos grandes confrontos, mais do que nos pequenos, sempre se coloca em questão o lugar que ocupam as classes nas relações de produção. Os operários, que descobrem serem os senhores da produção, e os escravizadores, que agem violentamente para manterem-se no controle da propriedade dos meios de produção. O Estado e o governo são o poder geral que garante a ditadura de classe dos capitalistas sobre as massas exploradas, sem a qual esta não poderia assegurar o domínio da economia e determinar o destino de milhões de seres.

Que importância tem essa compreensão para se entender o que se passou na tão vigorosa

greve dos petroleiros?

A potência da greve petroleira e seu erro tático

O governo estava determinado a derrotar os grevistas, mas a direção dos petroleiros não estava disposta a derrotar o governo. Os fatos mostram que o governo se uti-

lizou dos meios disponíveis e que as direções da FUP (Federação Única dos Petroleiros) e da CUT não fizeram o mesmo.

Pela lei de greve da burguesia, os operários estão obrigados a continuarem produzindo, na proporção de 30%. A direção acatou até o fim. Onde isso não ocorreu, foi por determinação das bases radicalizadas.

O governo se utilizou do julgamento do TST, fraudulento e patronal, para demitir e pressionar o retorno ao trabalho. E as direções mantiveram a greve no mesmo patamar.

O governo, vendo que mesmo assim não quebrava a vontade de aço dos operários, mandou as tropas ocuparem 4 das refinarias. Diante da violência militar, as direções não tomaram nenhuma iniciativa de mobilização geral dos trabalhadores. A não ser choramingarem que Fernando Henrique

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Cardoso se mostrava inflexível, para um presidente democrático. Os fuzis tomavam postos nas principais refinarias e a burocracia sindical se encolhia em nome da democracia burguesa.

Enquanto o governo fazia tremenda campanha junto à população e as distribuidoras de gás contribuíam sonegando os produtos estocados, os burocratas se enfiavam nos corredores do Congresso Nacional e lá permaneciam articulando o fim da greve. Depois de tudo isso, é claro que não teriam ânimo sequer para responder aos absurdos processos de indenização de 35 milhões de reais.

A negação da CUT em organizar uma grande campanha nacional em defesa da greve e de uma plataforma de luta unificadora das massas, que culminou com o rechaço à convocação da greve geral, mostra bem a atitude capituladora da burocracia sindical reformista. O próprio presidente da FUP, Antônio Carlos Spis, afirmou que ainda bem que a CUT não decretou a greve geral porque não sairia. É claro que não poderia sair através de uma direção que se nega a preparar as condições políticas, quando no país estouravam greves por todo o lado. E quando era visível o profundo descontentamento das massas, ainda de que muito lentamente começam a compreender o significado antinacional e antipopular do Plano Real.

A conduta manobrista e capituladora das direções não ocorreu por debilidades pessoais de Spis, Vicentinho, Lula etc. Ela se explica pelo conteúdo de classe da política da burocracia reformista. Em outras palavras, do seu conteúdo burguês. O profunda-



mento da greve petroleira e sua ampliação para outras camadas abririam um choque monumental contra o governo neoliberal e sua política pró-imperialista. Mais do que isso, questionaria o Congresso fantoche das potências imperialistas, tido pelos reformistas como santuário da democracia a ser aperfeiçoada.

Temos visto que a classe operária de conjunto não tem podido se manifestar contra o Plano reacionário do governo, porque não tem tido a chance de compreender claramente o seu real significado, graças à atitude colaboracionista das direções reformistas e direitistas (Força Sindical).

Os petroleiros, ligados diretamente à estatal e mais politizados, com sua greve abriram uma trincheira de resistência à ofensiva pró-imperialista. O temor do governo e da burocracia colaboracionista, neste caso, é comum. De mãos dadas, temem que as massas se unifiquem em torno do proletariado e marchem contra a globalidade da política neoliberal. Isso agudizaria tremendamente a luta de classes, uma vez que o governo segue as determinações externas de impor totalitariamente o Plano, se assim for necessário.

A ditadura civil de FHC persegue os grevistas. Por uma campanha em defesa dos petroleiros

O retorno ao trabalho nas condições impostas pela ditadura civil de FHC permitiu que o governo tivesse as mãos livres para golpear a vanguarda combativa e perseguir as direções, ainda que estas tenham se mostrado conciliadoras.

Os inquéritos policiais já começaram. A Justiça da burguesia aciona os sindicatos para que paguem 2,1 milhões de reais cada um de indenização e ameaça com o confisco dos bens.

Os demitidos continuam fora das refinarias. Novos processos estão sendo abertos para cassar aqueles que ocuparam locais de trabalho e radicalizaram o método de luta.

Os negociadores do governo deixaram claro que não farão nenhuma concessão às reivindicações do movimento. E que pressionarão os operários para reporem as perdas dos dias parados.

Por todos os lados, a ditadura civil cerca os trabalhadores para reprimí-los exemplarmente. O princípio da burguesia é de esmagar o máximo possível os revoltosos, para assim retardar o inevitável novo levante.

Ocorre que a derrota dos petroleiros foi apenas parcial. A capacidade de luta demonstrada, a ponto de desconhecer as decisões do TST e resistir por 31 dias às pressões do governo, não foi destruída. Um exemplo é que os petroleiros da Replan, Rio de Janeiro, em assembléia, já ameaçaram voltar à greve. A mesma disposição demonstraram os petroleiros do Paraná.

Novamente, é a direção que está abafando o ânimo dos operários. A vontade de voltar à greve está ditada pela necessidade de reagir diante das arbitrariedades e perseguições policiais. As bases sabem que não têm como se defender e defender o próprio sindicato senão através da luta grevista. É a burocracia que procura iludir e se iludir com as negociações de cúpula.

Trata-se do conjunto do movimento operário de se manifestar contra tais perseguições. Denunciamos a atitude covarde de Vicentinho, Lula e companhia de não reagirem à altura da repressão desfechada pela ditadura civil.

- **Abaixo a repressão aos grevistas!**
- **Pelo atendimento de suas reivindicações!**
- **Pela organização de uma campanha nacional em defesa dos petroleiros!**

Lula, Vicentinho e Menegueli: contra a greve.

Esse trio do PT e da CUT, acompanhado por um séquito de reformistas, comportou-se como aliados serviciais do governo e do parlamento vendido, ao condenar a greve nos chamados setores sociais. Os três profissionais do "sindicalismo de negociação" e capachos da social-democracia européia tiveram o desplante de defenderem a volta dos petroleiros ao trabalho, bem quando a greve deveria ser fortalecida, com medidas de ampliação da ocupação das refinarias, paralisação de toda produção e chamamento à greve geral.

Não há nada mais burguês do que a afirmação do trio de burocratas de que é necessário se repensar a greve nos setores em que a população é atingida. Ora, o governo e a burguesia esmagam a vida das massas com seu Plano de fome e miséria e esses grandes líderes operários saem contra a greve dos petroleiros, dizendo que está afetando a população. Para Lula, e provavelmente para os seus dois filhotes, o mesmo acontece com a greve de professores, condutores, médicos etc. Esta mentalidade capitalista, implantada no corpo dos ex-operários, faz com que Lula, Vicentinho e Menegueli assumam um papel de traidores da classe operária. Ao contrário das falsas conclusões do trio, dizemos que são os exploradores, seu governo, seus partidos e seus aliados reformistas que pisoteiam a população trabalhadora e que, por isso, é necessário unir toda força das massas num só movimento, em torno de um só programa de reivindicações e de transformações anti-imperialistas e anticapitalistas.

Força Sindical: Reacionária até a medula

A Força Sindical de Medeiros/Paulinho, que controla importantes sindicatos como Metalúrgico de São Paulo/Osasco, Têxteis São Paulo, etc, saíram não só em palavras contra a greve dos petroleiros mas também em ação. Os corrompidos chegaram a convocar manifestações públicas, com apoio do empresariado, para combater os petroleiros e apoiar a reforma Constitucional de FHC.

A Força Sindical foi montada com rios de dinheiro doado por Collor, que por sua vez recebeu dos capitalistas para combater o PT e a CUT. Em nível internacional, a Força Sindical é submissa à apodrecida burocracia sindical norte-americana, agente da burguesia imperialista.

Como se vê, não é por acaso que Medeiros/Paulinho se empenham em mostrar serviço a seus amos, apoiando o Plano pró-imperialista de FHC e combatendo os petroleiros. É preciso que a vanguarda operária trabalhe por expulsar esses lacaios da burguesia imperialista dos sindicatos e que a classe operária esmague os vermes.

Nacional

As contradições do PSTU

a) Avaliação da greve petroleira

Não podemos negar a atitude firme dos militantes de base do PSTU que estavam na ocupação da Refinaria de Cubatão. A burguesia, por esse fato, tentou exagerar a responsabilidade dessa corrente, com objetivos repressivos. Porém, o balanço que faz a direção do PSTU da derrota dos petroleiros mostra suas contradições.

Considera os seguintes aspectos: 1) a não convocação pela CUT da greve geral; 2) mudança de eixo da greve, eliminando a luta contra as reformas neoliberais; 3) o trabalho da cúpula da CUT e do PT para acabar com a greve; 4) enfim, o isolamento do movimento.

Sem dúvida, tais elementos são fundamentais. Mas o PSTU não analisa a própria condução da greve pela FUP. A não ser de forma genérica diz: "Em que pese a firme postura da Federação Única dos Petroleiros, até o momento, o que faltou mesmo foi uma direção política à altura dos acontecimentos" (Jornal do PSTU-nº54).

Procuramos uma explicação para a conclusão de que "faltou mesmo foi uma direção política à altura dos acontecimentos" e não encontramos. Para uma corrente que esteve envolvida diretamente na greve, não seria difícil revelar os graves erros da direção da FUP. Em nossa opinião são eles: 1)

manter a produção de 30% conforme exige a lei de greve; 2) não generalizar a ocupação das refinarias; 3) não preparar a resistência diante da invasão militar prevista; 4) não convocar a formação dos comitês de defesa da greve petroleira, passando por cima da paralisação da CUT; 5) não desautorizar Vicentinho, Lula e outros burocratas a negociar com parlamentares o fim da greve; 6) não denunciar imediatamente a linha de conciliação da CUT/PT e rechaçar a mudança estratégica da greve contra o plano neoliberal.

Essas omissões mostram a própria contradição e debilidade da orientação política do PSTU para a greve. Publica uma entrevista do presidente da FUP, Spis, em que este afirma com todas as letras a determinação de manter os 30% da produção.

Reproduzimos: "Aqui também desmascaramos esse governo. Ele estava mentindo para a população e não nós. Nós dissemos que estávamos produzindo o essencial para a população e ele escondendo o gás e obrigando a população a pagar um tremendo ágio por um botijão de gás de cozinha" (Jornal do PSTU- nº54).

Tal declaração é publicada sem nenhuma crítica. Sabemos que o governo jogou tanto com o estoque quanto com a manutenção de uma parte da produção. Ganhou tempo e ainda manipulou

a população. O corte total da produção era uma arma indispensável para a vitória. Sua utilização implicaria as ocupações generalizadas, a formação dos comitês de defesa e uma grande campanha externa pela unidade dos explorados.

A fraqueza política da direção da FUP está em que não estava disposta a enfrentar com todas as armas e consequências o governo neoliberal. Por essa razão, o próprio Spis participou intensamente das negociações de cúpula para pôr fim ao movimento. Um verdadeiro balanço procura tirar todas as lições para os novos enfrentamentos. Por isso, não se pode omitir os fatos e os erros essenciais da direção.

b) Reforma ou Revolução

Com esse título, o PSTU faz considerações estratégicas sobre a posição de Lula e do PT na



greve dos petroleiros. O artigo começa dizendo que "o abandono da defesa do direito irrestrito de greve" pelo PT "é que o partido de Lula já não se propõe a derrotar o capitalismo e sim defender um capitalismo com distribuição de renda, nos limites da institucionalidade vigente (...). Reforça esse raciocínio explicando que "quando Lula e o PT se

contrapõem à existência de greves nos chamados setores essenciais, significa que abriram mão de derrotar o capitalismo e de construir um poder dos trabalhadores" (Jornal do PSTU-nº53).

Tal conclusão, extraída dos acontecimentos da greve dos petroleiros, é uma completa farsa. De fato, o PT nunca teve por objetivo derrotar o capitalismo e construir o "poder dos trabalhadores". Em nenhum momento, o PSTU poderá provar, na trajetória do PT, que este es-

teve empenhado programático e praticamente em destruir o poder da burguesia. Por sua estratégia de democratização do Estado e por seu programa, o PT se conformou em uma corrente social-democrata, reformista e frentepopulista.

Não foi na greve dos petroleiros a única vez que Lula e seus amigos trabalharam por quebrar greves. Em plena situação eleitoral (1994), a cúpula petista e cutista fizeram o impossível por bloquear o ascenso operário. Também não é de hoje que o PT revela sua submissão à democracia burguesa. Esquece o PSTU que o PT se curvou diante do Plano Collor? Ocorre que o radicalismo crítico do PSTU se dá na situação em que este lança sua legalidade. E ocorre depois de ter sido a corrente de esquerda que mais apoiou o reformismo nas eleições.

Finalizando, o artigo explica: "O PSTU afirma que a classe operária e o conjunto dos trabalhadores têm capacidade de governar e que só um governo dos trabalhadores, apoiado em suas organizações, pode resolver os problemas da população e acabar a miséria deste país". Diz que por isso os traba-

lhadores devem se mobilizar, fazer greves e defender o direito irrestrito de greve.

Porém, omite duas colocações fundamentais para a elaboração estratégica e crítica ao reformismo. Primeiro: Reconhecer que a classe operária é a força motriz da revolução e que sua estratégia histórica é a ditadura do proletariado. Segundo: Estabelecer a tática correspondente à estratégia da ditadura do proletariado. Ou seja, a tática que conduz à insurreição e ao armamento das massas. E rechaçar sem atenuantes o eleitoralismo, inclusive explicando a impossibilidade de se construir um "poder dos trabalhadores" através da via eleitoral.

A simples defesa da greve e do direito irrestrito de greve desvinculado do método insurrecional e da ditadura do proletariado não passa de democratismo pequeno-burguês. O PSTU não pode formular um pensamento marxista acabado porque se contrói como um partido esquerdista democrático. Um partido muito distante do marxismo-leninismo-trotskyismo.

Nacional

Curso de marxismo para estudantes na zona leste

Os estudantes, que em sua esmagadora maioria são oprimidos, sofrem na pele as chagas que são fruto do sistema de exploração do trabalho, o capitalismo. A bancarrota mundial do capitalismo faz recrudescer a opressão imperialista sobre os países semicoloniais. Isto faz aumentar ainda mais o aviltamento e a opressão sobre a vida da maioria oprimida, na qual encontra-se a maioria dos estudantes. Por tudo isso e muito mais, estudantes secundaristas da zona leste chegaram à conclusão de que é preciso formar-se politicamente para lutar contra o esmagamento de suas vidas. O curso de formação política torna-se nesse momento a força motriz para esses estudantes perceberem que, para lutar pelo fim da opressão de classe, é necessário lutarem pela aniquilação da burguesia e de seu sistema assassino e aviltante, ou seja, é necessário canalizar sua revolta instintiva e transformá-la em revolta política pela destruição do capitalismo e substituí-lo por uma sociedade sem exploração do trabalho, socialista.

O curso se dá sobre a discussão do Manifesto Comunista de Marx e Engels.

Manifesto Comunista: Burgueses e Proletários

O curso começa com uma introdução sobre a Liga dos Comunistas, que em seu Segundo Congresso (Londres), de 29 de novembro a 8 de dezembro de 1847, após uma longa discussão, os dois revolucionários são incumbidos de redigir o programa político da organização. Alguns meses depois, mais especificamente, em fevereiro de 1848, Karl Marx e Friedrich Engels entregavam o Manifesto Comunista. Iniciava então uma nova realidade para o proletariado mundial: materializavam-se as condições econômicas e sociais para o proletariado se destacar como o coveiro do capitalismo: "Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas - os operários modernos, os proletários." Ao proletariado está

dado o seu papel revolucionário, ou seja, acabar com o capitalismo e seus defensores, e construir uma sociedade sem classes, comunista.

Marx e Engels fazem um rigoroso estudo científico. O manifesto traça o perfil da história da luta de classes e demonstra as leis dialéticas para o fim da opressão de classe.

Logo em seguida, começa a discussão do primeiro capítulo do manifesto: "Burgueses e Proletários". Primeiro é feita uma análise na qual demonstra-se que o homem é um animal social e que nunca viveu, nem viverá, sem juntar-se socialmente. Então é certo dizer que a sociedade existe para tornar viável a produção para a vida humana. Depois é demonstrado que com exceção do "comunismo primitivo", a história é feita por opressores e oprimidos. "A história de toda sociedade até hoje é a história da luta de classes."

O materialismo histórico prova que o motor da história até hoje tem sido a luta de classes, ora disfarçada, ora aberta. Uma conclusão que se chegou é que uma classe para sobreviver precisa inexoravelmente esmagar sua classe antagonista. A minoria opressora para manter-se no poder até hoje utilizou e utiliza de uma opressão violenta para manter o domínio sobre a maioria oprimida. Por exemplo, a burguesia para sobreviver precisa esmagar o proletariado. E este para acabar com sua opressão precisa esmagar, destruir, liquidar a burguesia e seu sistema de opressão.

O curso de formação política continua e os estudantes secundaristas da zona leste estão vendo a necessidade de que cada vez mais precisam amadurecer politicamente para conhecerem a realidade que os oprime. Somente assim poderão lutar pelo fim de sua opressão, ou seja, pela destruição do capitalismo através da revolução da maioria oprimida contra a minoria opressora.



Proposta de Resoluções para o Congresso da UNE

I. Nacional

1. O Congresso da UNE caracteriza o governo de Fernando Henrique Cardoso como um governo antinacional e antipopular, ou seja, um governo submetido aos ditames das potências imperialistas e opressor do povo. Sua política econômica de privatização, abertura das fronteiras nacionais, quebra de conquistas sociais e desmonte do ensino público e gratuito, bem como a orientação recessiva do Plano Real, golpeia a soberania nacional, já extremamente limitada por sua condição de país capitalista semicolonial.

O Congresso se coloca pela defesa da soberania do país contra o intervencionismo imperialista. Para isso, defende a linha estratégica de derrubada integral do Plano Real e das reformas constitucionais pró-imperialistas. Aprova a bandeira de Abaixo o Plano de fome e miséria e pró-imperialista! Abaixo o governo antinacional e antipopular! Em defesa de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado)!

2. Frente às privatizações pró-imperialistas, coloca-se em defesa do estatismo e do controle operário da produção. O Congresso reconhece que o estatismo nos países capitalistas semicoloniais serviu e serve para o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, que sem dúvida são parte das mundiais. A diferença está em que estão sob o controle do países oprimidos pelo imperialismo. A desestatização aliena a soberania da nação sobre tais forças produtivas, passando-as para o controle das potências. Esse fato reforça a opressão nacional, própria do sistema capitalista de produção.

Negar-se defender o estatismo, nessas condições, resulta aliar-se ao imperialismo. É o que tem feito todos os partidos que participam da Reforma Constitucional e se submetem à decisão do Congresso fantoche, estando a favor ou não das privatizações. Porém, é preciso ter claro que a defesa do estatismo é uma das bandeiras da luta antiimperialista, que travada consequentemente pelo proletariado e pelos demais oprimidos conduz à luta anticapitalista.

Os estudantes se colocam pelo programa de destruição do sistema de exploração do trabalho e de opressão nacional através da revolução proletária. A luta antiimperialista é uma ponte necessária para a maioria nacional oprimida se unir em torno da classe operária e amadurecer o caminho do sepultamento do capitalismo e edificação da sociedade socialista.

3. Não é sério e nem possível se lutar contra o governo entreguista e a burguesia serviçal sem se defender radicalmente a vida das massas. O Congresso da UNE denuncia o salário mínimo de 100 reais, por decretar a fome e a destruição física de uma parte dos trabalhadores. Coloca-se pelo salário mínimo real (que hoje está em torno de 900 reais), pela reposição de todas as perdas salariais e reajustes automáticos de acordo com a inflação (escala móvel de salário). Os estudantes lutarão junto com a classe operária contra a nova lei salarial, que institui a farsa da "livre negociação", cujo único objetivo é o de evitar o repasse integral da inflação do período do Real, impor novo ciclo de arrocho, fragmentar os explorados e proteger o capitalismo decadente.

Denunciamos a política recessiva, que destrói parte das forças produtivas e aumenta o crônico exército de desempregados. Contrariamente, defendemos a redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução de salário, e emprego a todos.

O Congresso da UNE rechaça a extinção da aposentadoria por tempo de serviço, o fim da aposentadoria especial para os verdadeiros trabalhadores (o que exclui os politiquês e juizes à serviço dos interesses da burguesia) e a privatização da Previdência. Defende que a apo-

sentadoria de 25 e 30 anos seja estendida a todos, pois o capitalismo suga a vida das massas explorando-a intensamente. Defende o fim de toda forma complementar privatista e a instituição do piso nacional igual ao salário mínimo real, reajustado pela escala móvel dos salários. Rechaça também a quebra da estabilidade do funcionalismo e defende que seja estendida a todos os assalariados.

4. As bandeiras de educação, saúde e moradia são assumidas pelo movimento estudantil. O capitalismo não pode assegurar essas condições elementares de sobrevivência dos trabalhadores. Mais do que isso, vem agravando as condições subumanas de existência. Eis porque é fundamental colocar-se pela defesa do ensino público e gratuito a todos, pelo sistema único e estatal da saúde e por um plano de moradia popular, sob o controle dos trabalhadores.

Para ser conseqüente, o Congresso coloca-se pelo fim da mercantilização do ensino e da saúde e pela estatização de todo sistema privado, sem indenização.

5. Historicamente, as massas camponesas têm sido sacrificadas no processo de constituição e desenvolvimento do capitalismo semicolonial. A crescente concentração latifundiária, a expulsão constante de camponeses das terras, a escravização do trabalho familiar nos minifúndios pré-capitalistas, o regime de semiproletarização e a proletarização na forma do bóia-fria, tudo isso indica a tremenda opressão capitalista. Somente com a destruição do capitalismo será possível a solução definitiva da opressão de classe sofrida pelos camponeses.

Como parte dessa tarefa histórica, a luta pela terra e liquidação do poder latifundiário é fundamental. Trata-se de uma tarefa democrática que a burguesia não pôde e nem pode cumprir. Cabe à aliança operária e camponesa realizá-la. O Congresso da UNE se coloca pelo confisco sem indenização dos latifúndios e nacionalização das terras, que serão entregues aos camponeses pobres. Defendemos o método da ocupação de terras e de auto-defesa armada contra a repressão estatal e à violência dos jagunços a serviço da oligarquia proprietária. Condenamos o favorecimento do governo aos grandes fazendeiros e defendemos o fim dos impostos, juros altos e falta de recursos para os pequenos e médios produtores agrários.

II. Educação

6. A falência do ensino é uma das graves conseqüências da decomposição do sistema capitalista. A educação se assenta na infraestrutura econômica. A destruição de forças produtivas e seu bloqueio impossibilitam à burguesia e seu Estado sustentá-la e fazê-la progredir como fator de qualificação de mão de obra a serviço do capital. O rebaixamento constante da qualidade de ensino, o esquematismo, o mecanicismo e o reducionismo imbecilizante dos conhecimentos são expressão desse fenômeno geral.

Ao mesmo tempo que o sistema educa-

Educação



cional está determinado pela base econômica, a aprendizagem está desvinculada, em grande medida, da produção social. Os estudantes não estão inseridos na realidade viva e os conhecimentos não são assimilados como produto da intervenção reveladora das leis naturais e sociais, com a qual o homem (organizado em força social) transforma tal realidade. A velha separação entre a teoria e a prática, produto da divisão social do trabalho nas sociedades de classe, agravou-se extraordinariamente.

Por essas razões, o Congresso defende a escola única, um único sistema de ensino estatal, sob o controle dos trabalhadores, onde os alunos permaneçam uma parte do tempo na escola e outra nas atividades produtivas. O maior laboratório para a assimilação de conhecimentos é a produção social, porque faz com que os estudantes compreendam a realidade, através das leis próprias do sistema econômico capitalista, e façam parte das forças motrizes de sua transformação.

7. O Congresso rechaça o Plano Decenal de caráter nitidamente neoliberal. Tal projeto resultou de um acordo com o Banco Mundial, instituição utilizada pelo imperialismo para ditar diretrizes às semicolônias. O seu objetivo central de eliminar a repetência e a evasão escolar somente na aparência é progressivo. Isso porque se utiliza de mecanismos que inviabilizam o conhecimento - tais como o ensino à distância através da TV, reciclagem dos professores pelo mesmo método etc - e desqualifica ainda mais a já falida educação.

A participação das entidades educacionais na Conferência Nacional, promovida pelo governo Itamar, representou o compromisso com a aplicação do Plano Decenal. Em troca da assinatura do "Pacto de Valorização do Magistério e da Qualidade da Educação", que não passou de mais uma farsa, as entidades se comprometeram com a implantação de um Plano Educacional privatista. Isso porque o Plano Decenal prioriza unicamente o ensino fundamental em detrimento do nível colegial e universitário. Além disso, escancara a privatização, através do sistema de parcerias com a iniciativa privada. É o que vem ocorrendo com a adoção de escolas por empresas; com o Telecurso 2000, promovido pela FIESP; com as "ajudas" da UNICEF etc.

Nesse sentido, o Congresso deve aprovar a ruptura da UNE com todos os fóruns governamentais e organizar os estudantes para responder coletivamente à privatização do ensino. E exigir o mesmo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da ANDES etc.

8. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) se constitui numa regulamentação estatal, que mantém o poder de interferência governamental e amplia o poder da Igreja, do empresariado, em todos os aspectos, na educação. Os dois projetos de LDB, o da Câmara Federal e o do Senado, possuem a mesma essência, ou seja, ampliar a privatização do ensino, reduzindo a responsabilidade de sustentação pública do Estado para com a educação.

O Congresso da UNE se contrapõe à

linha privatizante das LDBs, rechaça a interferência educacional, ideológica e política das instituições estatais e privadas sobre a educação e defende a autonomia de ensino, sob o controle dos trabalhadores, estudantes e funcionários. Rechaça a interferência da Igreja e defende a escola laica e científica.

9. Está previsto no Plano neoliberal a liquidação da Universidade pública, já profundamente debilitada. Com o argumento de que as Universidades são custosas, que carregam grande parte dos recursos da União destinados ao ensino e que é preciso destinar mais verbas para o ensino básico, o governo pretende executar as exigências do Banco Mundial de privatização. A meta de impor o pagamento de mensalidades para 70% dos estudantes e implantar generalizadamente as taxas constitui numa primeira etapa de mercantilização.

O ensino têm sido amplamente utilizado como fonte de negócios lucrativos pelos empresários. Os estabelecimentos educacionais são transformados cada vez mais em propriedades particulares, onde não se tem liberdade de pensamento, de crítica e de ação. Em cada unidade empresarial manda o dono. Trata-se de casas de imbecilização autoritárias, onde se paga altas mensalidades e passivamente se recebe receitas ditadas de professores autômatos.

Essas características são contraditórias com as necessidades do conhecimento e com o processo de se conhecer, que exigem liberdade de crítica e de ação política. Sem dúvida, mesmo nas Universidades públicas se tem procurado cercear tal condição e até mesmo em determinados campi reina o regime autoritário. Nesse sentido, a bandeira de ensino público, laico e gratuito, liberdade de pensamento, crítica e ação e autonomia universitária, e interação entre ensino e produção social se constituem na base de uma plataforma de luta contra a burguesia e seu Estado opressor.

10. Particularmente, sobre a autonomia universitária, a distinguimos da bandeira burocrática-administrativista dos reitores, cujo único pressuposto é o de manejar livremente as verbas. A real autonomia universitária é o governo estudantil, docente e de funcionários do ensino, cujo órgão máximo de decisão e de soberania é a assembléia universitária. Tal governo universitário é eleito diretamente de acordo com as regras democráticas estabelecidas pela assembléia universitária, que para assegurar o verdadeiro controle da direção eleita deve implantar o princípio da revogabilidade do mandato, oposto à farsa formal das eleições, que acobertam o autoritarismo e os interesses de camarilhas.

III. Internacional

11. A economia capitalista é internacional. Ela não é a soma de economias nacionais. Forma uma unidade desigual e combinada, na qual as particularidades nacionais se expressam e estão condicionadas. Algumas potências imperialistas (Grupo dos Sete) controlam grande parte das forças produtivas mundiais. Utilizam seu vasto poder para manter a divisão entre países capitalistas adiantados (imperialistas) e atrasados (semicoloniais), fonte de perene saque.

O recrudescimento da opressão nacional expressa a crise histórica do sistema econômico de exploração do trabalho e apropriação privada do produto socialmente produzido. Depois da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo entrou numa etapa de reconstrução, que já se esgotou. Retornou, novamente, à etapa de destruição de forças produtivas. Trata-se de uma fase convulsiva de guerra comercial, que dá lugar às guerras bélicas, de implantação de medidas violentas contra as massas e de rebelião dos explorados no mundo inteiro.

A tão propagandeada "terceira revolução tecnológica"



mal esconde o velho fenômeno de alto desenvolvimento das forças produtivas, que sobrepõem a propriedade privada dos meios de produção, os Estados Nacionais e se chocam com as travas protecionistas, que as estrangulam. Os avanços científicos-tecnológicos não encontram amplo campo de aplicação social, dada a miserabilidade das massas mundiais. Sob o capitalismo em decomposição, provocam o aumento do desemprego tecnológico e trazem consigo soluções reacionárias como a terceirização etc.

Somente o proletariado internacional, apoiado no conjunto dos explorados, pode se contrapor com seu programa internacionalista à ofensiva de fome e miséria do grande capital. O Congresso da UNE se coloca do lado das massas mundiais contra a opressão imperialista e a opressão social. Defende a autodeterminação das nações frente às potências, se coloca contra o intervencionismo militar imperialista, muitas vezes mascarado como missão de paz, através das forças da ONU, um braço militar dos Estados Unidos. Desta forma, defende a soberania e a emancipação de toda e qualquer nacionalidade oprimida. Considera que somente as revoluções proletárias e o avanço da implantação mundial do socialismo poderão eliminar a opressão de classe e nacional e acabar definitivamente com as guerras.

É sob essa linha que o Congresso se coloca pela expulsão do imperialismo da Iugoslávia, do Haiti, da Bolívia, do Iraque etc. Apóia as revoltas camponesas e de nacionalidades como a de Chiapas, no México, a revolta popular na Bolívia e todos movimentos de operários e camponeses.

12. O processo de restauração capitalista no berço da revolução proletária, a ex-União Soviética, está mostrando a face dura da exploração do trabalho e todas as mazelas da sociedade de opressão de classe. Em todos os países em que a burocracia estalinista está abrindo as portas para o capital imperialista e transformando o sistema estatal de produção em privado, bem como recompondo a estrutura latifundiária da terra, o desemprego também volta, os salários são esmagados, o acesso a educação, saúde etc é restringido, os miseráveis e pedintes ressuscitam nas ruas, a marginalidade, o narcotráfico e as máfias poderosas compõem o quadro dos grandes centros urbanos, paisagem comum nos países capitalistas.

O capitalismo mundial trabalha por recompor os elos partidos pelas revoluções na Rússia, China, Cuba, Polônia etc, seguindo a lei histórica revelada pelo marxismo de que sem o avanço da revolução socialista em nível internacional não é possível sustentar por muito tempo as conquistas nacionais da revolução proletária. Os acontecimentos mostram que o estalinismo significou uma contra-revolução burocrática, cujo conteúdo de classe se revela plenamente antiproletária e pró-capitalista.

O Congresso condena a restauração burguesa e defende as bases da revolução socialista, que é a propriedade coletiva dos meios de produção. Coloca-se pela revolução política onde ainda não se completaram a reedificação da propriedade privada dos meios de produção nem o restabelecimento do Estado burguês.

IV. Método de Luta

13. Nesse Congresso, é importante aprovar uma resolução sobre os métodos de luta, dada a profunda degenerescência das direções do movimento estudantil, que o tem conduzido para o eleitoralismo, o frentepopulismo de conciliação de classe, para as manobras parlamentaristas e para o reformismo. Estas formas adaptam as organizações de massa à democracia burguesa, as submetem ao Estado burguês e seus partidos e as corrompem. Por essa via, as direções conciliadoras e servidas do democratismo burguês anulam tais organismos como instrumentos de luta de massa.

O Congresso condena todo método que subordina os oprimidos e suas organizações ao Estado burguês. Aprova como método fundamental a ação direta e a unidade dos estudantes com a classe operária e o campesinato. Rechaça as frentes populares montadas pelos partidos reformistas e estalinistas, que procuram eliminar a contradição entre partidos proletários e partidos burgueses, entre a classe operária e a burguesia indevidamente considerada progressista, e cujo objetivo é de estruturar um governo democrático e popular através da via eleitoral. Governo esse reformista e pró-capitalista.

14. O Congresso elege a tática da frente única antiimperialista, em cuja direção esteja o proletariado com seu programa. Tal frente tem por objetivo expressar a revolta e o levante coletivo contra os opressores imperialistas e seus sócios nacionais. A tática da frente única antiimperialista é apropriada para os países semicoloniais, que para avançar a revolução social tem de combinar a luta antiimperialista com a anticapitalista numa só unidade.

V. Estratégia

15. Pela estrutura de classe e pelas tarefas do Brasil semicolonial, as transformações históricas se darão sob um governo revolucionário, que será um governo operário e camponês. Tal governo expressará a hegemonia da classe operária no poder do Estado e no controle das bases econômicas socializadas. Materializará a ditadura de classe do proletariado contra a classe burguesa derrotada, que inclui o imperialismo. Essa transformação implica na destruição do Estado burguês, que não é outra coisa senão a abolição da ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e o conjunto dos oprimidos. A conquista do poder e a transformação do Estado capitalista em Estado proletário, assim como o controle da economia pelos produtores, se dará sob a mais ampla democracia dos explorados.

O objetivo final do proletariado é extinguir toda forma de opressão. O que implicará na abolição do sistema de produção de classe e das próprias classes. Por isso, a ditadura do proletariado é uma necessidade transitória. Sua superação virá com o desenvolvimento da revolução mundial e das forças produtivas internacionalmente socializadas.

A defesa da estratégia do governo operário e camponês implica em rejeitar as formas bastardas como "governo democrático e popular" de origem estalinista, "governo dos trabalhadores", que desqualifica o caráter proletário da revolução e que adapta a estratégia às regras da democracia burguesa e do eleitoralismo.

O Congresso rejeita as teses do reformismo que combatem a revolução proletária e conservam o capitalismo decadente. Quanto mais se prolongar a vida do sistema de exploração, mais bárbaras as massas terão de suportar. A tarefa da classe operária e de sua vanguarda não é de reformar o capitalismo mas sim de destruí-lo em favor de um sistema harmônico sem opressores e oprimidos.

Educação



Estudantes de Serviço Social contra Governo FHC

Nos últimos dias de abril e 1º de maio, reuniram-se em Londrina-PR, estudantes de Serviço Social vários Estados para delibera a pauta do seu próximo encontro nacional a realizar-se em julho/95.

Desde o começo houve uma diferenciação entre a cúpula da Entidade (ENESSO) e uma parte das escolas do sul. A Executiva Nacional começou impondo um regimento burocrático e manobrou para tirar uma pauta despolitizada. As escolas do sul defenderam a necessidade dos estudantes se

posicionarem com clareza contra o governo FHC e sua política neoliberal (veja declaração no box).

O predomínio da linha burocrática (PT), acabou aprovando uma pauta despolitizada dos grandes problemas nacionais (e embora compareçam temas como "conjuntura nacional", ele é esvaziado de conteúdo ao não indicar nenhuma luta concreta). As escolas que se opuseram à direção da Executiva, por seu turno, não a enfrentaram desde uma clara distinção político programática e compareceram ao encontro de maneira desorganizada.

Este é um pronunciamento dos estudantes de Serviço Social da Universidade de Santa Catarina, da Fundação Universitária Regional de Blumenau, da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Estadual de Londrina participantes do XVIII CONESS reunido em Londrina PR.

1. Nós estudantes, caracterizamos o Plano Real e a Reforma constitucional como sendo uma política do governo burguês de ataque à vida dos estudantes e de sucateamento da economia nacional em favor do imperialismo.

2. O Governo FHC privatiza setores importantes da economia nacional que estão em mãos do Estado como o petróleo, energia, siderurgia, comunicação e mineração, e favorece ainda mais a mercantilização do ensino através da destruição do ensino público e gratuito.

3. Rejeitamos integralmente estas medidas antipopulares e pró-imperialistas e defendemos as reivindicações dos trabalhadores; salário mínimo real, previdência social pública, ensino público e gratuito etc.

4. Defendemos que os estudantes, os operários, os camponeses e as classes médias empobrecidas se unam num único movimento nacional contra todo e qualquer ataque que este governo venha a fazer em favor do seu plano neoliberal.

5. Declaramos a nossa solidariedade ao povo boliviano e denunciamos o Estado de Sítio decretado pelo governo pró-imperialista de Gonzalo Sanchez Lozada (GONI). Exigimos imediata suspensão dessa medida totalitária e a libertação de todos os presos políticos.

Londrina, 1º de maio de 1995

Ressaltou, no geral, uma profunda decomposição política do movimento estudantil, chegando-se ao extremo, de dirigentes da ENESSO defenderem que discussões em "boteco" são formas legítimas de se fazer política.

A reação de parte dos estudantes que se posicionaram contra o predomínio desta linha despolitizante indica que existe a possibilidade de se trabalhar pela estruturação de um ME engajando nas grandes lutas nacionais. A condição, entretanto, para que isto ocorra, é que se estruture no seio dos estudantes de Serviço Social uma corrente proletária que tenha como eixo a vinculação do ME à política proletária de destruição do capitalismo mediante a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Cabe destacar que a reação deste grupo de estudantes se expressou num documento de repúdio à política do Governo FHC e de solidariedade com os lutadores bolivianos perseguidos pelo governo pró-imperialista daquele país.

A greve nas universidades paulistas

No último dia 24/05, as universidades paulistas entraram em greve por reajuste salarial de 38% a 56%. Ao contrário do ocorrido no ano passado, a greve foi parcial e acabou se esgotando em poucos dias.

O primeiro problema para a greve foi o sucessivo adiamento. Na USP, a greve de funcionários estava marcada inicialmente para o dia 27 de abril, adiou-se para a unificação em 3 de maio, quando haveria uma greve nacional de servidores. Depois, adiou-se novamente para os dias 10, 18 e 24. Os funcionários estavam empenhados em unificar a luta com os professores, que estavam desmobilizados. Mas o adiamento acabou dando margem de manobra ao governo e reitores. Anteriormente, as autoridades já haviam dividido os professores com o reajuste diferenciado (maior para os mais graduados). Com isso, a reitoria buscava tirar da greve as chefias de departa-

mentos, que seriam pressionadas para conter a mobilização. Depois, durante o período de mobilização, surge a proposta de reajuste de 10% sobre os salários. Isso ampliou a divisão entre professores.

As dificuldades aumentaram pela falta de apoio dos estudantes e pela pressão contra a greve dos petroleiros, que repercutiu no interior das universidades. A atitude criminosa de dirigentes da CUT e PT de criticar a greve dos petroleiros, de criticar a greve em serviços públicos, de criticar a greve em geral, dizendo que é preciso novos métodos de luta, aumentou a confusão. A paralisia e covardia da direção estudantil, que negou-se sequer a chamar assembleias para que os alunos discutissem e decidissem a respeito, isolou a greve.

Para piorar o quadro, a polícia entrou nas universidades e reprimiu ostensivamente os piquetes. A for-

mal autonomia universitária foi pisoteada e jogada no lixo. Os reitores exigiam dos diretores das unidades paralisadas as listas de grevistas.

O isolamento, a divisão e o desgaste estrangularam a greve. A universidade continua a ser sucateada. A falta de professores inviabiliza cursos. Os trabalhadores em educação sofrem com o arrocho salarial e estratificação de carreiras. A ausência da mobilização estudantil é o maior entrave para a superação dessa situação. Os estudantes são o setor da comunidade universitária que pode formular o conjunto das reivindicações e construir a unidade na luta contra o sucateamento do ensino. A superação das direções reformistas que dominam as organizações estudantis é condição para colocá-las como instrumento de luta. Isso depende da construção de uma direção revolucionária, baseada no programa do proletariado.



Eleições para o Conselho de Representantes da Apeoesp

No final de maio foram realizadas as eleições para o Conselho (CR). Em várias regiões de São Paulo houve a disputa entre duas chapas (apesar da votação ser nominal): a da situação e de oposição.

As chapas de Oposição, na capital, foram bem votadas pelo professorado. O que mostra o enorme descontentamento da classe com a política da Articulação. Agravou-se após a derrota da última greve. A diretoria da Apeoesp confiou que o governo fosse aceitar rapidamente o piso rebaixado de 3 salários mínimos. Covas endureceu nas negociações, usou a mesma tática dos governos anteriores, ou seja, deixar que o prolongamento da greve fosse o responsável pelo seu desmonte, se apoiou na parcela de professores que resistiu entrar em greve e, por fim, puniu os grevistas com o fim do recesso escolar. A orientação política da diretoria foi de manter o movimento no isolamento, não realizar ações de massa (bloqueios, ocupações etc) e apostar nas negociações com os parlamentares e o Secretário Barelli. A via traçada levou ao fracasso. Nesse sentido, boa parte do professorado respondeu à tal política com o voto contrário nas eleições.

A Oposição, que não atuou unifi-

cada na greve, votou em sua plenária a orientação de compor com o PSTU, que esteve aliado à Articulação em todo o período de greve. O POR se posicionou contrário e caracterizou que o mesmo havia rompido com o movimento de Oposição. Isso porque votou a resolução de não resistência na época da ocupação da Assembléia Legislativa, propôs a unidade com as correntes O Trabalho e a Força Socialista (aliados naturais da diretoria) no congresso da CNTE e se aliou com a burocracia da Apeoesp para pôr fim a greve. Um setor importante da Oposição, o Coletivo dos Trabalhadores, reafirmou sua posição contrária à participação da Oposição juntamente com o PSTU. Diante de tal polêmica, o POR defendeu a não composição com o PSTU e nas regiões em que atua não compôs com o mesmo.

Na região Oeste de São Paulo, a chapa de Oposição se apresentou com um balanço da greve e com os pontos programáticos de luta. Era composta de 14 professores e obteve a soma de mais de 10 mil votos. Concorreu com a chapa da Articulação, composta de 35 professores. Todos da Oposição foram eleitos para o Conselho de Representantes estadual. O POR obteve o primeiro lugar, derro-

tando um membro da diretoria. Na formação da executiva regional, a chapa da situação (obecendo os estatutos antidemocráticos da Apeoesp) ocupou quase todos os cargos.

Na região Leste, a Oposição iniciou um trabalho de reestruturação, durante a última greve. Fruto desse trabalho surgiu um pequena chapa. O POR tem atuado no sentido de aglutinar os setores descontentes com a política da diretoria. Nas eleições, obteve o terceiro lugar na região.

Trata-se de fortalecer esse trabalho. Para isso, é necessário manter as plenárias regulares e, acima de tudo, iniciar a politização desse setor descontente. A politização passará pela compreensão do programa revolucionário para o movimento sindical.

EDUCAÇÃO



Responsabilizamos Covas pela morte de Marcelo e miséria de milhares de professores

Os professores de São Paulo, o estado mais rico da federação, estão na miséria. O governo impôs um piso de 200 reais, por 20 horas de trabalho. O que significa dois salários mínimos. Não bastando tamanha brutalidade, Covas ainda não pagou uma grande parte de professores contratados no início de 1995. A maioria, que perdeu o vínculo ou que conseguiu aulas no final de fevereiro, não recebeu nenhum salário. Essa parcela de educadores está vivendo de esmolas, recolhidas junto aos professores, amigos e familiares.

O governo faz de tudo para destruir a educação pública. Paga um piso de miséria, atrasa quatro meses o pagamento dos iniciantes, demite os seguranças escolares, reduz o quadro de funcionários e corta as já minguadas verbas da educação. O seu objetivo é municipalizar boa

parte do ensino fundamental ou entregar para a iniciativa privada. Utiliza o termo "descentralização" para limitar a responsabilidade do estado para com a educação pública. Não há nada de democrático na proposta de descentralização. Na verdade, serve para esconder seu conteúdo privatista. Porém, para se alcançar tal objetivo, Covas sucateia violentamente a escola.

Diante do arrocho salarial e dos atrasos de pagamento, uma parcela de professores vem abandonando as escolas. São raras as unidades escolares que contam com o quadro completo. Os alunos têm sido dispensados muito antes do término das aulas ou, então, permanecem mais tempo no pátio do que em sala de aula.

A situação chegou ao fundo do poço. Centenas de professores correm de um lado para outro (delaga-

cias, DRU, Fazenda etc) atrás do salário que não recebem. O desespero chegou ao ponto de desequilibrar psicologicamente o professor de português, Marcelo não recebeu nenhum salário esse ano, esperou um mês, dois, três e no quarto se suicidou. Como Marcelo, há inúmeros companheiros que estão sendo massacrados pelo governo do PSDB.

O magistério deve responsabilizar Covas pela morte de Marcelo e pela miséria de outras centenas de professores.

Uma primeira tentativa de explicação das cisões

Recentemente, a Organização IV Internacional (OGI), Causa Operária, sofreu duas cisões uma em Volta Redonda, com o surgimento da "Luta Metalúrgica", e outra em Fortaleza, com "Avançar Na Luta". Ambas criticam a capitulação de Causa Operária diante da Frente Brasil Popular, que a apoiou eleitoralmente, chamando o voto na candidatura operária de Lula.

Crises e cisões são inevitáveis em qualquer corrente política. Isto porque estão sob a pressão das classes e dos novos acontecimentos que se manifestam das contradições capitalistas. Conta muito a imaturidade política do proletariado e de sua vanguarda, que engatinha na tarefa de assimilar as experiências históricas do marxismo e estruturar o programa. Todas as tendências que se reivindicam do trotskismo padecem dos males da infância. Enquanto que o estalinismo se mostra esclerosado e totalmente adaptado ao Estado burguês, a exemplo das variantes PPS e PCdoB.

Entretanto, é necessário que nos esforcemos para explicar as crises e cisões, não se utilizando dos males da infância ou da pequenez para se desconhecer o fenômeno. Foi nesse mesmo sentido que há pouco tempo atrás escrevemos sobre a cisão no PSTU, que deu lugar à Liga Comunista.

A pulverização de inúmeros grupos que se dizem trotskistas expressa a crise de direção e a incapacidade dos troncos mais antigos, que vêm da dissolução da IV Internacional e divisões sob a esteira do revisionismo, de armar-se do programa. Correntes como as de Pierre Lambert, representada no Brasil pelo "O Trabalho" (OSI), do antigo Comitê Internacional de Reconstrução da IV (QI-CIR), de Ernest Mandel do Secretariado Unificado (SU), representada pelo "Em Tempo" (DS), e Nahuel Moreno da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), representada pela ex-Convergência Socialista (agora

PSTU), tem suas trajetórias marcadas pela revisão da estratégia da ditadura do proletariado, seja abertamente ou não, e por se adaptarem ao democratismo, ao eleitoralismo e ao frentepopulismo.

No Brasil, o seguidismo destas caricaturas do trotskismo ao reformismo petista e o apego ao sindicalismo burocratizado comprovam nossa acusação de revisionistas. Na base destas correntes, estão as distorções do pablismo (Michel Pablo), que, apesar de terem sido criticadas e até servirem de motivo para cisões, não foram superadas através da elaboração do programa (aplicação do Programa de Transição na situação concreta da realidade onde se atua) e penetração no proletariado. Citamos estas três vertentes, mas existem muitas outras que não só não se armaram do programa como deram interpretações muito particulares do Programa de Transição, afastando-se do pensamento de Trotsky.

A exceção, frente aos vários revisionismos, é o Partido Operário Revolucionário (POR), da Bolívia, que conseguiu pôr em pé um partido sobre a base de um programa marxista, forjado no seio das massas. Os últimos acontecimentos neste país comprovam a validade desta afirmação.

O fato é que os inúmeros "trotskismos", ou melhor, os inúmeros revisionismos, ainda prevalecem na arena internacional. Só muito recentemente a formação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, ainda embrionário, apesar da presença do POR boliviano, dá um passo no sentido de superação desse quadro desolador.

Uma corrente que esteve próxima do POR foi a Política Obrera, da Argentina, que depois se tornou Partido Obrero, que acabou por constituir no Brasil um satélite, que é "Causa Operária". Uma das revisões mais drásticas destas organizações altamiristas (Jorge Altamira) diz respeito à estratégia com a adoção da bandeira de Governo dos Trabalhadores, adaptada a campanhas eleitorais.

Tradicionalmente, os morenistas empunham essa consigna, que dilui o proletariado como força motriz da revolução e elimina a conclusão de que a classe operária só chegará ao poder pela insurreição armada. Trata-se de um golpe no princípio da ditadura do proletariado e da teoria marxista da revolução violenta. O governo dos trabalhadores é uma bandeira apropriada à democracia pequeno-burguesa radical, podendo ser interpretada como forma de governo transitório e uma variante possível de transformação pacífica do capitalismo.

O Partido Obrero, de Altamira, no passado procurou se diferenciar do morenismo (PST argentino) não admitindo tal consigna de governo, porém acabou por rever a rejeição. No Brasil, Causa Operária, formulou na sua origem a linha do governo operário e camponês, substituindo-a pelo Governo dos Trabalhadores, assim que o PT reformista ganhou força eleitoral e se qualificou para estruturar

uma Frente Popular. Causa Operária lançou a palavra-de-ordem de "Vote num Governo dos Trabalhadores de Lula e do PT". Mostrou assim, no plano prático, as consequências da substituição do governo operário e camponês pela fórmula bastarda e democratizante. Recentemente, apoiou eleitoralmente a Frente Popular, quando o PT quebrava descaradamente greves por todo país, e, mais uma vez, sob a orientação de Jorge Altamira, inventou a bandeira de "Voto em Lula, por um governo das organizações operárias e camponesas". Inventou a estória de que Lula era uma referência para o movimento operário, enquanto que a Frente Popular era de colaboração, como se criador e criatura nada tivessem a ver entre si.

Neste exato momento, Lula se lançou furiosamente contra a greve dos petroleiros. Nem morenistas nem altamiristas ousam se referir ao caudilho aburguesado como referência para o movimento operário e provavelmente escondem o rosto perante aqueles que lhes lembram seu apoio à Lula.

Esta descrição crítica nos serve para delimitar o campo donde se deram as duas cisões. A Luta Metalúrgica, em abril de 1993, abriu uma divergência interna no Causa Operária, questionando seu apoio eleitoral ao PT e exigindo que rompesse com a Frente Popular. Acusa a direção de responder à crítica com sanções burocráticas. Em outubro de 94, publica um folheto de rompimento com Causa Operária. Em sua principal crítica diz: "Mas com a experiência das lutas, discussão e estudo temos visto que CO está muito distante de ser uma organização verdadeiramente trotskista. Já em 1989, causou muita confusão sua linha de votar em Lula, quando a colaboração de classe do PT se determinou não somente em seu programa, mas também em seu candidato a vice (o político burguês Bisol) e sua aliança com o PDT e PSDB. CO deu uma cobertura de esquerda à Frente Popular que configurava a linha de hoje.

Agora o PSTU, como CO, (um pouquinho mais dissimulado) embelezam a campanha lulista com sua palavra de ordem de que o PT apresenta "um vice camponês", o que não mudaria em nada a natureza da Frente Popular". Como se pode notar, o documento não faz nenhuma referência à revisão da estratégia do governo operário e camponês e à bandeira do governo dos trabalhadores.

A Luta Metalúrgica não consegue ver que a explicação da adaptação de CO à Frente Popular se encontra na negação da estratégia da ditadura do proletariado, transformada em formalidade nos documentos. A fração Avançar na Luta se forma em torno de um documento, cujo título é "Pelo Rompimento com a Candidatura Lula". Nela se faz uma análise da Frente Popular e se defende o voto nulo nas eleições de outubro de 94.

Para se diferenciar das contundentes

Nacional



críticas da fração Luta Metalúrgica, o documento afirma: "O fato de marcar uma posição política chamando as massas a votarem em Lula ou a votar nulo não credencia nenhuma organização como menchevique ou revolucionária, como afirmam os companheiros de Volta Redonda. O chamamento de uma Frente Única dirigida ao PT para que rompa com a burguesia, nada tem a ver com o menchevismo. A política de Frente Única pode ser adotada sem "ocultar" nenhuma "intenção menchevista". A palavra de ordem de "governo do PT e dos partidos de esquerda", em que pese ser politicamente imprecisa não é nenhuma capitulação menchevique".

Dá para se notar que nesta última colocação aflorou o problema da estratégia e também a irresponsabilidade como é

tratada pela fração Avançar na Luta. Em nenhum momento se refere à mudança da bandeira e porque motivo. Depois de defender Causa Operária contra as acusações de menchevismo por Luta Metalúrgica, Avançar na Luta irá romper com esta organização, já em 1995.

No documento da sua I Conferência, dirá: "Nossa ruptura já havia se dado concretamente há algum tempo, quando passamos a estabelecer uma política e um centralismo próprio, independente da OOI, organização que fracassou como projeto político revolucionário; assumindo no último período, posições como a defesa de "eleições limpas e democráticas" na última eleição presidencial, ou de considerar que a destruição do primeiro estado operário do planeta como uma "revolução operária".

Seria menchevismo ou não defender eleições limpas e democráticas", na situação concreta do Brasil? Por que CO se enveredou por um caminho tão democratizante? Tem a ver ou não com a revisão da estratégia? Não é difícil se ver que o fracionamento de CO não ocorre em torno do foco principal. É sintomático o fato de tanto a Luta Metalúrgica quanto Avançar na Luta se negarem a reconhecer as críticas estratégicas a CO e PO feitas há tempo e exaustivamente pela TPOR. Não seria mais uma cisão circunstancial, fruto do vai e vem do revisionismo e do burocratismo aparelhista? Continuaremos o debate.

Realizado ato em defesa da Bolívia

No dia 27 de maio, realizou-se um Ato Debate na sub-sede de Diadema do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que contou com a presença de cerca de 450 companheiros, principalmente do movimento dos sem-teto. O ato, organizado pelo Partido Operário Revolucionário e pela Frente Revolucionária, iniciou com a exposição sobre os últimos acontecimentos na Bolívia, onde foi analisado que o Estado de Sítio não pôde cumprir seu papel, o de conter o movimento, mesmo com a traição da COB, que suspendeu a greve geral e do líder cocalero Ivo Morales, que negociou sua libertação em troca de defender num Congresso Cocalero a auto erradicação das plantações de coca na região.

Analisou-se ainda a atitude revolucionária dos dirigentes da Federação dos Professores de La Paz, e membros do POR boliviano, de iniciar uma greve de fome exigindo sua imediata libertação, isto após as lideranças cobistas serem soltas.

Por fim durante a falação dos membros da mesa e dos companheiros do debate discutiu-se que o mesmo plano implementado na Bolívia estava sendo implantado pelo governo a mando do FMI e que uma das formas de colaborarmos com a luta boliviana era travar uma luta antiimperialista contra o Plano de Fome de FHC. A partir disto vimos a necessidade de reforçar o apoio a luta dos petroleiros.

O ato acabou se transformando numa assembleia de luta onde tirou-se a confecção de um abaixo assinado em defesa da luta dos companheiros de Cubatão e foi marcado um ato seguido de passeata em defesa da luta dos companheiros bolivianos e dos petroleiros.



Realizada passeata em defesa dos presos políticos bolivianos e da luta dos petroleiros.

Reunindo cerca de 200 companheiros, realizou-se no dia 30 de maio uma passeata pelas principais ruas do centro de Diadema, exigindo a imediata libertação dos presos políticos na Bolívia, os membros da Federação dos Professores de La Paz, Vilma Plata, Gonzalo Soruco, José Luis Alvarez, Luis Copeticona e Yolanda Vargas (pertencentes aos quadros do Partido Operário Revolucionário boliviano); e o apoio à greve dos petroleiros.

Respondendo às calúnias do gover-

no de que os petroleiros ganhavam salários milionários foram lidos os holerites de operários de 10, 15 anos na empresa que tem salário líquido entre 300 e 500 reais. Foi lida também uma carta aberta à população, onde os companheiros mostraram as maracutaias do governo durante a greve de desviar o gás produzido para a população para as indústrias e sobre a máfia formada pelas distribuidoras de gás que lucraram fabulosamente durante a greve.

A passeata terminou conclamando

os trabalhadores a não se iludirem com as mentiras apregoadas pelo governo FHC, da necessidade de se travar uma luta contra as medidas de fome do plano real e contra o fim das conquistas sociais e do resto de soberania nacional que o imperialismo quer nos retirar com a reforma constitucional.

Participação do Comitê na refinaria de Cubatão

No dia 29/5 uma comissão do Comitê de Defesa da Luta do Povo Boliviano esteve participando da Assembleia dos petroleiros acampados no interior da refinaria de Cubatão, levando um abaixo assinado de apoio a luta e de defesa da Petrobrás.

A solidariedade mostrada por vários movimentos presentes atesta que a disposição de luta contra o plano é generalizada.

A própria força de vontade demonstrada em resistir e de afirmarem que serão os últimos a voltar ao trabalho mostram como o método de ocupação deveria ser seguido pelos operários de outras refinarias e, isto é importante frisar, sob as constantes pressões das direções cutistas e

petistas que vinham defender a necessidade de novas formas de luta, Vicentinho, Feijó, Suplicy etc.

Ao final da assembleia os companheiros relataram sobre os problemas causados pelas más condições de trabalho no interior das refinarias, de que se não saem mortos da lá, estão com seus dias contados devido às diversas formas de contaminação, dando como exemplo a morte naquela semana de um companheiro que havia conseguido se aposentar há três semanas.

Sucre: Povo liberta os trotskystas

Os camaradas Pánfilo Lora e Roberto Flores, além de Elvis Ovando, Bonfacio Aslla e G. Domínguez foram libertados pela pressão das bases da Faculdade de Direito, que mostraram uma solidariedade militante com os dirigentes, fazendo atos relâmpagos, distribuindo panfletos etc. Os trotskystas tem merecido a proteção das camadas pobres da população, algo muito alentador.

Apesar do Reitor saber da intervenção, não a denunciou e se foi ao Congresso de Potosí. Isso tem sido denunciado. As autoridades da Faculdade de Direito emitiram seu protesto pela intervenção.

Nossa organização em Sucre tem se potenciado politicamente, porque constitui a referência obrigatória a respeito do que acontece na cidade.

(Extraído do Jornal Massas boliviano - nº1463 - 31/5/95)



Vilma Plata denuncia: Ordem de assassinar os trotskystas

Quase cadavérica, arrastando com dificuldades os pés, gritou para que ouçam a imprensa, a TV e os rádios, que o governo fascista ordenou o assassinato dos lutadores trotskystas, poristas. O fundamental da denúncia: os poristas presos foram golpeados selvagemmente por polícias preparadas para o fato.

Outra informação: há grupos especialmente exercitados para acabar com os militantes poristas mais visíveis.

Sabemos que nossa luta em defesa dos explorados e oprimidos, das nacionalidades nativas submetidas e contra a opressão imperialista é de vida ou morte e pode levar-nos à eliminação física. Sabendo de tudo isso, dissemos no seio das massas.

Burgueses, gonistas e lacaios do imperialismo venham ao combate!

Sabemos que do braço dos explorados e oprimidos daremos uma brutal e contundente sova de pauladas, como a da vez passada!

Camaradas: Passar revista às armas para assaltar a fortaleza dos usurpadores do poder, dos esfomeadores e anti-pátrias!

(Extraído do Jornal Massas boliviano- nº1462- 25/5/95)

Em Habeas Corpus: Vilma Plata denunciou brutalidade policial Seguirá firme na luta

Desafiando os representantes da "legalidade" e sob o alento e o aplauso dos assistentes denunciou os pormenores do assalto ao Penal de Mulheres de Obrajés (as centenas de uniformizados romperam vidros, agrediram com gás e mangueiras e roubaram seus escassos pertences) e agradeceu às valorosas presas que a protegeram, particularmente às cholitas que não vacilaram em acobertá-la. Prometeu-lhes seguir denunciando o ultraje e exigir a devolução de seus pertences.

Apesar de seu debilitado estado de saúde, reiterou sua vontade de lutar contra as três leis malditas e para acabar com a podridão capitalista e sua "justiça" vendida.

Extraído do Masas boliviano nº 1462, de 25/05/95

Imperialismo prepara ofensiva na Iugoslávia

Os países que intervêm na ex-Iugoslávia iniciaram uma manobra para aumentar a presença militar na região e colocá-la sob controle europeu e americano. Primeiro, bombardearam as posições dos sérvios. A provocação foi respondida com a utilização de prisioneiros das forças da ONU como escudos humanos e a derrubada de aviões americanos. Agora, os americanos pressionam a França e a Inglaterra para a formação de uma força militar que se imporia aos sérvios.

O governo americano enfrenta uma resistência interna quanto à intervenção militar, depois do vexame na Somália. Por isso pressionava para que os países europeus mobilizassem suas for-

ças para a ação imperialista. Foi apresentado com a sobrevivência e regate de um piloto americano que teve seu avião destruído em região da Bósnia controlada pelos sérvios. Agora o governo o apresenta como herói, e mostra a necessidade e a possibilidade de mobilizar tropas para intervir.

A campanha pelo aumento da presença imperialista é reforçada internacionalmente com as imagens de presos de vários países nas mãos de sérvios. No Brasil, mostra-se um capitão brasileiro utilizado como escudo.

O aumento da presença militar americana e européia na Bósnia a colocará nas mãos desses países. Pretende-se substituir o conflito entre as nacionalidades pela opressão imperialista.

A posição proletária é a de se contrapor ao imperialismo e defender a autodeterminação. Rejeitemos o envio de tropas à Bósnia. Exijamos a retirada das tropas imperialistas da região. Que os sérvios, bósnios e croatas possam resolver seus próprios conflitos. O fim da opressão entre as nacionalidades depende da derrubada da burocracia restauradora do capitalismo. O que depende do levante das massas contra os restos da burocracia estalinista que mergulham o país na guerra civil, e do estabelecimento do governo operário (ditadura do proletariado). A unidade socialista é o caminho para superar a divisão e estabelecer a livre cooperação entre as nacionalidades.

